

О ДІАБЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V. B

ІТАРОЦЌДО
САІТІСА АО ДІАБЕІТО
Д СОРЦИСАЌДО
Е Д ІНФОРМАЌДО



ОАГАІІЗАДОАЕС

JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR

MICHAEL CÉSAR RAMOS

ELEI CRISTINA GERALDES

FERNANDO OLIVEIRA RAUANO

JANARA SOUZA

HELGA MARTINS DE RAÇA

TALITA TATIANA DIAS RAMPINI

VANESSA NEGRAINI

O DIREITO ACHADO NA JACA

VOLUME B

**INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO À
COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO**

ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR • MARILDO CÉSAR RAMOS • ELLEN GERALDES • FERNANDO
OLIVEIRA RAUANO • JANAIA SOUZA • HELGA MARTINS DE RAUANO • TALITA RAMOS •
VANESSA NEGRAU**



О ДІЯЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V.В

**ІНТЯРОЦЅДО СЯІТІСА АО ДІЯЕІТО Д
СОПЦИІСАЅДО Е Д ІНФОЯПАЅДО**

O DIREITO ACNADO NA ЯЦА V.B

ИТЯРОЦЃЃО СЯЃТІСА АО ДІЯЕІТО Д СОРЦІСАЃЃО Е Д ІНФОРМАЃЃО

ОРГАНИЗАДОРАС Е ОРГАНИЗАДОРАС

José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldес, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini.

АЦТОРАС Е АЦТОРАС

Alexandre Bernardino Costa, Ana Iris Nogueira Pacheco, Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), Angélica Peixoto, Antonio Escrivão Filho, Bárbara Lima Vieira, Bia Barbosa, Boaventura de Sousa Santos, Claudia Paiva Carvalho, Cristiano Paixão, Daniel Vitor de Castro, Delcia Maria de Mattos Vidal, Dirlene Santos Barros, Eduardo Gonçalves Rocha, Elizabeth Machado Veloso, Flávio Castro, Francisco Rocha, Gabriel Medeiro Pessoa, Geraldo Miranda Pinto Neto, Gisela Aguiar Wanderley, Gustavo Azevedo, Helena Martins, Humberto Góes, Ísis Menezes Táboas, Jacques de Novion, Janny Carrasco Medina, José Carlos Moreira da Silva Filho, Karenina M. Cabral, Leonardo Luiz de Souza Rezio, Letícia Pereira, Ludmila Cerqueira Correia, Luísa Guimarães Lima, Luísa Martins Barroso Montenegro, Marcela D'Alessandro, Marcelo Barros da Cunha, Marcos Urupá, Milton Carlos Vilas Bôas, Mônica Tenaglia, Natália Oliveira Teles, Olívia Maria de Almeida, Neuza Meller, Patrícia Vilanova Becker, Pedro Andrade Caribé, Roberto Lyra Filho, Rosângela Piovesan, Rosane Freire Lacerda, Sílvia Alvarez, Solange I. Engelmann, Thaís Inácio, Valéria Castanho, Vanessa Galassi, Viviane Brochardt.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

Capas/Fotos Humberto Góes
Diagramação Vanessa Negrini
Revisão Elton Bruno Barbosa Pinheiro
Ficha Catalográfica Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)
Apoio Daniel Souza Oliveira, Guilherme Aguiar, Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Neila Pereira de Almeida, Pedro Ivo, Priscila Augusta Morgado Pessoa, Ricardo Borges Oliveira, Rosa Helena Santos
Imagens nas fotos Bárbara Amaral dos Santos, Guaia Monteiro Siqueira, Mel Bleil Gallo



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

I61 Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/
organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FAC-
UnB, 2016.
455 p.: il.; 21x30cm.
(Série o direito achado na rua, v.8)

ISBN 978-85-9-3078-06-4

1. Direito - Comunicação. 2. Liberdade de informação. 3.
Comunicação de massa. 4. Direito Constitucional. 5. Direitos
Humanos. I. Série. II. Sousa Jr., José Geraldo de.

CDU: 34:301

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
---------------------------	---

PARTE I	9
----------------------	---

Conceitos e categorias para compreensão do Direito Humano à Comunicação e à Informação sob a perspectiva do Direito Achado na Rua	9
---	---

Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua” José Geraldo de Sousa Junior, Helga Maria Martins de Paula e Talita Tatiana Dias Rampin	10
---	----

O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido Elen Gerales, Murilo César Ramos, Janara Sousa, Fernando Paulino, Vanessa Negrini, Luiza Montenegro e Natália Teles	20
---	----

A Constituinte e a Reforma Universitária Roberto Lyra Filho (in memoriam)	31
--	----

A Democracia difícil: é possível um novo contrato social? Boaventura de Sousa Santos	44
---	----

Acesso à Justiça e a pedagogia dos vulneráveis Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire)	69
---	----

Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Gonçalves Rocha	78
---	----

Comunicação como exercício da liberdade Antonio Escrivão Filho e Ísis Menezes Táboas	88
---	----

PARTE II	98
-----------------------	----

Reflexões e trajetórias de luta pelo Direito Humano à Comunicação e à Informação	98
--	----

MARCO LEGAL	99
--------------------------	----

Sociedade da Informação, Direitos Humanos e Direito à Comunicação Marcos Urupá	100
---	-----

As mudanças no marco regulatório das telecomunicações no Brasil Elizabeth Machado Veloso	111
---	-----

Rádiodifusão comunitária: das barreiras do processo de outorga à criminalização da prestação irregular do serviço Gisela Aguiar Wanderley e Marcelo Barros da Cunha	137
--	-----

A TV Brasil e o debate conceitual em torno do Artigo 223 da Constituição Federal de 1988 Natália Oliveira Teles	144
--	-----

Os direitos autorais como expressão de liberdade seletiva no audiovisual | **Pedro Andrade Caribé**
..... 151

COMUNICAÇÃO E GOVERNO..... 158

O discurso democrático entre governo e esfera pública digital: a construção do portal Dialoga Brasil
| **Karenina M. Cabral e Francisco Rocha**..... 159

O Direito à Comunicação nos *sites* de rede social: análise das interações mútuas na página do
Humaniza Redes no *Facebook* | **Leonardo Luiz de Souza Rezio** 172

Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o
site do Senado | **Valéria Castanho** 183

O acesso à cultura e o reconhecimento dos direitos culturais: experiência cubana | **Janny Carrasco
Medina** 192

DIREITO À INFORMAÇÃO..... 204

Direito de informar: a participação do cidadão comum | **Delcia Maria de Mattos Vidal**..... 205

Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação |
Angélica Peixoto e Marcela D'Alessandro..... 216

As verdades da e na gestão pública: uma leitura da lei de acesso à informação e da comissão
nacional da verdade | **Dirlene Santos Barros e Mônica Tenaglia**..... 224

Direito à Verdade e Comissões da Verdade: direito de informação sobre graves violações de direitos
humanos | **José Carlos Moreira da Silva Filho** 235

Direito à informação sobre transgênicos e agrotóxicos | **Viviane Brochart**..... 252

COMUNICAÇÃO E MINORIAS 265

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e
cidadania | **Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida** 266

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação | **Neuza Meller e Flávio Castro**..... 280

Políticas públicas de comunicação e de cultura em uma perspectiva multicultural: desafios para a
diversidade racial e étnica | **Luísa Martins Barroso Montenegro** 297

Ciberfeminismo e o “Direito Achado na Rede”: o ciberespaço como plataforma de inteligência
coletiva e enfrentamentos na luta feminista | **Patrícia Vilanova Becker** 306

Rádiodifusão Sonora Comunitária em Terras Indígenas: os obstáculos da colonialidade na legislação
de RadCom | **Rosane Freire Lacerda**..... 317

COMUNICAÇÃO E GOLPE	324
Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras Sílvia Alvarez e Jacques de Novion	325
Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho	336
Comunicação e democracia: o impacto da cobertura televisiva nas manifestações de março no Brasil Vanessa Negrini, Elen Gerales e Janara Sousa	349
COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA	365
O Interozes e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação Bia Barbosa e Helena Martins	366
Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST Solange I. Engelmann e Ana Iris Nogueira Pacheco	383
Entre Ocupar e Invadir: a disputa midiática sobre o Direito Geraldo Miranda Pinto Neto	396
Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas Ísis Menezes Táboas, Leticia Pereira e Rosângela Piovesan	415
Fotografia Achada na Rua: dialética e práxis sob o foco de uma câmera Daniel Vitor de Castro	423
A relação entre a luta sindical e a pauta pela democratização da comunicação Vanessa Galassi	434
AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES	445
AS AÇTORAS E OS AÇTORES	446
AS ILUSTRAÇÕES E AS FOTOGRAFIAS	451

PARTE II

TRAJETÓRIAS

REFLEXÕES



**DE LUTA PELO DIREITO HUMANO
A PARTICIPAÇÃO E A INFORMAÇÃO**

COMUNICAÇÃO E GOVERNO



Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o *site* do Senado

Valéria Castanho

Resumo

O objetivo deste trabalho é abordar a importância dos *sites* governamentais para a comunicação entre agente político e a sociedade empoderada pela *internet*, com um estudo de caso sobre o Portal do Senado, que vem sendo permanentemente reformulado com o objetivo de proporcionar mais interatividade com o cidadão e se adequar cada vez mais aos propósitos da Lei de Acesso à Informação Pública (Lei 12.527/2011), mais conhecida como LAI. Foram feitas pesquisas, realizados levantamento de dados e um estudo de caso sobre o *site* do Senado para demonstrar como o *site* tem se adaptado para atender cada vez melhor às exigências da sociedade, que tem ampliado ano a ano o interesse em participar dos debates que acontecem dentro do parlamento.

Palavras-chave: *Site*. Senado. Interatividade. *Internet*. LAI.

Introdução

Transparência e interatividade são palavras que traduzem o conceito da Sociedade da Informação. Era que tem suas raízes no século passado, com a criação da *internet*, e em documentos como o relatório Macbride (UNESCO, 1983), elaborado em 1980, mas ainda fundamental para os estudos da comunicação na contemporaneidade.

Nessa era da Informação, especialmente após a Lei de Acesso à Informação (LAI), a comunicação dos órgãos públicos com a sociedade vem se consolidando cada vez mais como uma prestação de contas (*accountability*) obrigatória e transparente de seus atos. Mas, muito além disso, deve ter ainda como compromisso a criação de mecanismos que não só possibilitem, mas também estimulem a real e efetiva participação cidadã – digital principalmente – no processo democrático e de elaboração das principais políticas públicas de interesse coletivo.

O Parlamento brasileiro, como articulador e responsável pela formulação das políticas públicas nacionais, tem sido palco de intensos debates e alvo da sociedade organizada, cada

vez mais atuante na luta por espaços de participação no processo político de construção e organização do Estado. Partimos do pressuposto, então, de que o Congresso tem buscado – ou tem consciência de que deve buscar – uma comunicação legislativa cada vez mais transparente e comprometida com seus diversos públicos, por meio de uma variedade de ferramentas que garantem ao cidadão a interatividade e até mesmo a interferência na agenda política do Parlamento.

É o caso, por exemplo, dos portais tanto do Senado quanto da Câmara Federal, que têm procurado possibilitar cada vez mais, por meio de variadas ferramentas de interatividade, uma maior conexão com o cidadão. Alguns exemplos são o e-Cidadania (Senado) e o e-Democracia (Câmara)¹; as redes sociais e a Ouvidoria de ambas as casas. Segundo Brandão (2012, p.5), essas novas práticas de comunicação política com a sociedade têm um forte componente político participativo e “aparecem no cenário político brasileiro (e de outros países) como uma promessa de participação mais ativa e consciente dos cidadãos”.

Mas de acordo com Sivaldo Pereira da Silva, embora o ambiente digital traga, de fato, novas possibilidades para melhorar o fluxo de informação e diálogo na democracia moderna, bem como aumentar a participação com a sociedade e criar mais canais para a deliberação pública, isso não quer dizer “que o aumento das oportunidades de participação ou de deliberação sejam os propósitos unidimensionais da comunicação *online*, nem que a crise do sistema político ou da representatividade tenha encontrado o seu elixir na interação do ambiente digital” (SILVA, 2009a, p. 99).

Site do Senado

O Senado foi um dos pioneiros, na área pública, na oferta de informações via rede mundial de computadores. Entre 1995 e 1997, criou seus quatro veículos de comunicação. O primeiro deles foi a Agência Senado e, em seguida, vieram o Jornal do Senado, a TV e a Rádio Senado.

¹ O e-Cidadania e o e-Democracia foram criados para estimular e possibilitar a maior participação e o engajamento mais direto e efetivo dos cidadãos no processo legislativo, com ideias, discussões e ações voltadas para temas em debate no Senado, na Câmara e na sociedade.

Em 1996, foi criada a Comissão Permanente da *Internet*² e o primeiro Ato de Regulamentação das páginas do Senado. Em 2001, foi constituído em grupo de trabalho com o objetivo de avaliar a *home page* da Casa e, no mesmo ano, uma comissão destinada a “apresentar soluções que aperfeiçoem o Portal Institucional do Senado Federal na rede mundial de computadores – *Internet*”. Como conclusão dos trabalhos, a comissão apresentou um relatório propondo diversas medidas e recomendações, entre elas a implementação de “uma página mais leve e com maior grau de usabilidade, com uma *home page* sem imagens, tendo como destaques as últimas notícias sobre as atividades parlamentares e a pesquisa de matérias em tramitação no Senado” (SENADO, 2009, p.4).

No entanto, essas recomendações não saíram do papel. Em 2003, um novo grupo de trabalho discutiu as propostas apresentadas anteriormente e implantou o projeto de reformulação da *home page*. Até 2009, foram feitas várias adaptações no *site* quanto à normatização e gestão da página e também para adequá-la aos padrões internacionais de acessibilidade, mas todas sem qualquer critério sistemático de modernização.

Foi somente a partir de 2009, com a criação de um grupo de trabalho responsável pela apresentação de uma avaliação do *site* do Senado e propostas para o seu aprimoramento, que as mudanças começaram efetivamente a ocorrer. Todo o trabalho, incluindo as recomendações de modernização, passou a ser feito com base nas diretrizes da *Inter-Parliamentary Union* (IPU), órgão Internacional que reúne parlamentos de vários países. Naquele ano, a IPU lançou o manual “*Guidelines for Parliamentary Websites*”, um documento com as principais diretrizes e recomendações sobre formatação de *sites* legislativos, com foco direcionado para o cidadão-internauta e três temáticas básicas: história do parlamento, seu trabalho e seus membros eleitos.

O objetivo da IPU, com o manual, é proporcionar aos cidadãos acesso democrático a todo tipo de informação e serviço oferecido pelos parlamentos, para que possam exercer a cidadania. Para tanto, as orientações sugeridas no documento se dividem em seis grupos: 1) Informações gerais sobre o Parlamento; 2) Informação sobre legislação, orçamento e fiscalização; 3) Ferramentas de armazenamento e recuperação de informação; 4)

² Esses dados fazem parte de um Relatório Técnico interno do Senado intitulado “Avaliação do Sítio do Senado Federal e Apresentação de Proposta de Modernização”, de outubro de 2009.

Ferramentas de comunicação e diálogo com cidadãos; 5) Design: usabilidade, acessibilidade e linguagem; 6) Gerenciamento e responsabilidade de supervisão.

Cada grupo é dividido em vários subgrupos e estes em itens, cujas notas variam de 0 a 3, conforme os seguintes critérios: não atende (0), atende minimamente (1), atende parcialmente (2) e atende totalmente (3). A nota máxima possível é de 384. Em 2009, conforme a métrica de tabulações a cada item, a nota do Senado foi de 276, com 71,3% de aderência do *site* da Casa ao Padrão sugerido.

Com base nas diretrizes da IPU e em um estudo comparativo entre o *site* do Senado e o de outros órgãos legislativos, a equipe do Senado, formada por profissionais de vários setores da Casa, concluiu que:

Para que o portal web do Senado esteja de acordo com as melhores práticas de implementação de portais de parlamentos, é preciso que haja novo direcionamento estratégico capaz de englobar três aspectos estruturantes: redefinição do modelo de gestão do sítio eletrônico, estabelecimento de padrões normativos que garantam sua implementação e adoção de modernas ferramentas de tecnologia da informação destinadas especificamente à formatação de portais web. (SENADO, 2009, p.31).

Para implementar todas essas medidas, o processo de modernização do *site* foi dividido em três etapas. A primeira foi uma adaptação no *layout*, para proporcionar uma evolução estética e funcional na página principal. Nessa fase, foram inseridos acessos rápidos à agenda de plenário e comissões, cada qual composta das respectivas pautas de reuniões e seus resultados, bem como à Ordem do Dia do Senado e ao resultado também das sessões deliberativas.

Na segunda etapa, o foco maior continuou sendo o *layout*, mas direcionado para a criação de um novo visual e de novas funcionalidades na primeira página do *site*. A última fase teve como objetivo melhorar a informação oferecida ao internauta, tanto no conteúdo quanto na apresentação, bem como a criação de novos recursos na área, como vídeo (TV Senado) e áudio (Rádio).

A última versão do Portal do Senado passou a vigorar a partir de 20 de agosto de 2015, com o objetivo de proporcionar ao cidadão mais navegabilidade, dados, transparência e interatividade. No novo formato, com *design* mais moderno e navegação mais intuitiva, o

foco é garantir informações mais transparentes, claras e acessíveis sobre as atividades legislativas e administrativas, para que o internauta possa acessar, com mais facilidade e menos cliques, dados sobre a gestão da instituição e os recursos que os senadores usam no exercício do mandato.

Outra novidade foi a integração de todas essas informações ao Portal da Transparência do Senado, que teve 1,3 milhão de acessos somente entre agosto de 2014 e agosto de 2015³, e também foi reformulado para melhor atender ao cidadão e à Lei de Acesso à Informação (LAI).

Essa nova reformulação do Portal do Senado envolveu diversos setores da Casa num processo que levou um ano e foi baseada no conceito de *layout* “responsivo”, para que pudesse ser adaptado a qualquer plataforma, como celulares e *tablets*. Além disso, o Portal foi concebido, desde o início, de forma padronizada para se enquadrar num novo modelo de identidade visual do Senado.

A maior conexão com o cidadão foi um dos objetivos do processo de reformulação, que levou em consideração demandas e críticas de jornalistas, do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado e mais de três mil pedidos de informações enviados por internautas – a chamada transparência passiva.

Outro dado importante que motivou a reformulação do *site* foi o crescente número de acessos de internautas. Entre janeiro a dezembro de 2015, foram 65.326.863. A média mensal, nesse mesmo período, foi de 5.543.905. Somente internamente, o número, nos 12 meses, chegou a 9.669.868⁴.

Uma das principais demandas atendidas, e também uma das características mais marcantes da nova página, foi permitir acessar, com um único clique, várias informações antigas que antes estavam dispersas e difíceis de ser encontradas; assim como também todos os demais dados do Senado, muitos deles espalhados em diferentes portais.

³ Essa informação consta da matéria “Novo portal da *internet* dá mais transparência ao Senado”, publicada pela Agência Senado, no dia 21 de agosto de 2015 e está disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/21/novo-portal-na-internet-da-mais-transparencia-ao-senado>>. Acesso em: 3 out. 2016.

⁴ Esses dados constam do Relatório Gerencial de Acessos ao *site* do Senado Federal, documento interno produzido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) do Senado.

Para os internautas acostumados a navegar pela página do Senado, a primeira mudança foi imediata, com a substituição, no *layout*, da aba “O Senado”, pela aba “Institucional”, onde estão agrupados, de forma padronizada, 15 subportais com diversos serviços oferecidos pela Casa num único clique⁵.

Outra novidade foi na área de jornalismo. A página do Senado passou a ser integrada ao Portal de Notícias da Agência Senado para que as informações, assim como os conteúdos multimídias (com textos, áudios e vídeos), as manchetes das matérias e as principais imagens do dia possam ser vistas no Portal do Senado. As notas rápidas em tempo real – o Senado Agora – também passaram a figurar no Portal para que o leitor possa saber, em primeira mão e com antecedência, dados gerais de uma matéria jornalística que ainda está em fase de produção.

A ideia é proporcionar mais comodidade ao cidadão, no acesso por informações da Agência Senado e do Jornal do Senado. Aliás, somente no primeiro semestre de 2015, essas duas páginas do Portal de Notícias foram acessadas por 3.692.384 internautas, um aumento de 35% em relação ao mesmo período de 2014, segundo dados da Agência Senado⁶.

De janeiro a novembro de 2015, somente o *Portal Senado Notícias* teve um aumento de 125% em suas visualizações (de pouco menos que 550 mil para 1,2 milhão). Ganho semelhante teve a página do Senado no *Facebook*, que atingiu 800 mil seguidores em dezembro, um crescimento de 184% ao longo de 2015. O alcance acumulado das publicações ao longo do ano também teve salto expressivo, passando de 139 milhões, em 2014, para 690 milhões até novembro de 2015⁷.

⁵ Para que o cidadão possa acompanhar as novas mudanças com mais facilidade, foi produzido um vídeo disponível em: <<http://bit.ly/novoPortal>. Acesso em: 20 de outubro de 2015>.

⁶ Essa informação consta da matéria “Novo portal da *internet* dá mais transparência ao Senado”, publicada pela Agência Senado em 21 de agosto de 2015, disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/21/novo-portal-na-internet-da-mais-transparencia-ao-senado>>. Acesso em: 3 out. 2016.

⁷ Esses dados constam da matéria “Participação popular nos canais de interação do Senado cresceu em 2015”, publicada pela Agência Senado em 8 de dezembro de 2015.

Pesquisa

Em dezembro de 2013, o DataSenado realizou uma pesquisa telefônica nacional⁸ com 1.089 pessoas, a partir dos 16 anos, para avaliar o grau de satisfação e as demandas dos internautas em relação ao *site* do Senado. Mais de 70% dos entrevistados consideraram essencial tornar disponível, no Portal, assuntos relacionados à transparência (informações com gastos do Senado, com 35,9%) e à tramitação legislativa (Legislação ou projetos de lei, com 34,2%).

Embora o número de acessos ao *site* do Senado venha aumentando a cada ano, apenas pouco mais de um décimo dos entrevistados (128 pessoas) afirmou ter acessado a página da instituição nos últimos três meses e, entre esses, a faixa etária com maior visualização ficou entre 20 e 29 anos (17,3%). Em segundo lugar, pessoas entre 30 e 39 anos (13,4%) e, em terceiro, a faixa etária de 16 a 19 anos (13,4%).

Questionada se, ao visitar a página do Senado, encontrou a informação que buscava, a maioria dos 128 entrevistados (54,7%) afirmou que sim, mas, no entanto, uma grande parcela (40,8%) disse não ter achado a informação desejada, sugerindo, segundo conclusão da pesquisa, que a informação não estava disponível ou mesmo não estava organizada de forma intuitiva.

Dos que afirmaram ter encontrado a informação, a grande maioria (87%) declarou não ter sido essa uma tarefa fácil, mas 13% disseram ter tido dificuldade para encontrá-la. Em geral, como conclusão à pesquisa, 52,2% dos 128 entrevistados avaliaram a página do Senado como ótima ou boa. Pouco mais de um terço (37,7%) deu nota regular e 10,1%, ruim ou péssima.

IPU

Em 2011 e 2015⁹, novas reavaliações do Portal do Senado foram realizadas, com base nas mesmas tabelas dos seis grupos sugeridos no manual *Guidelines for Parliamentary Websites*, que serviu de base para as primeiras avaliações, em 2009, quando o Senado

⁸ Os dados da pesquisa estão num relatório interno, de fevereiro de 2014, da Coordenação de Pesquisa e Opinião da Secretaria de Transparência do Senado, com o nome "A Pesquisa sobre a página do Senado na Internet".

⁹ Em 2015, os dados foram reavaliados após a nova versão do *site* do Senado, em agosto.

obteve 272 pontos (de um máximo possível de 384) e aderência total de 71,3% ao padrão sugerido pela IPU. Em 2011, a nota da instituição subiu para 307 pontos, com aderência de 79,3%; e, em 2015, a pontuação obtida foi de 332, com 85,78% de aderência.

Para melhorar essa pontuação, várias recomendações foram feitas para as próximas reformulações do Portal¹⁰. Uma delas é a necessidade de se aperfeiçoar as informações relativas ao histórico e ao funcionamento do Senado, para se incluir a lista dos partidos políticos atuantes no Brasil e respectivos *links* para seus *sites* institucionais. A ausência de uma ferramenta de busca geral, bem como a oferta de serviços seguros de troca de informações e documentos confidenciais e mais melhorias no *design* do *site* também foram apontadas como entraves que impediram a concessão de uma pontuação máxima, com base nos critérios estabelecidos pela IPU.

Conclusões

O objetivo desse trabalho foi mostrar como os *sites* governamentais – e em nosso caso específico o do Senado – têm passado por constantes modificações para melhor se adaptar à LAI e responder às demandas da sociedade. Observamos que os objetivos têm sido atendidos, e o processo tem sido pautado pela escuta da opinião pública. Embora um *site* não seja, por si só, um elemento que assegure a participação popular, ele é um estímulo para que os cidadãos conheçam as ações da Casa e se manifestem.

Referências

BRANDÃO, Elizabeth. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2012.

ESTÁ NO AR O NOVO PORTAL INSTITUCIONAL DO SENADO. In: **Comunicados e Notícias**. Disponível em: <<http://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/esta-no-ar-o-novo-portal-institucional-do-senado>>. Acesso em: 20 ago.2015.

IPU, Inter-Parliamentary Union. **Guidelines for Parliamentary Websites**. 2009. 32p. ISBN 978-92-9142-410-8 (IPU). Disponível em: <www.ipu.org/PDF/publications/web-e.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

LEMOS, André. **Cidade Digital**. Portais, inclusão e redes no Brasil. Editora Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2007.

¹⁰ Todas com base nas diretrizes do IPU.

SECOM. **Manual de orientação para atuação em mídias sociais.** Identidade padrão de comunicação digital do Poder Executivo Federal. Versão 2.0/12/2014. Secretaria de Comunicação Social. Disponível em: <www.secom.gov.br/pdfs-da-area-de-orientacoes-gerais/internet-e-redes-sociais/secommanualredessociaisout2012_pdf.pdf>. Acesso em: 20 out.2015.

SENADO FEDERAL. **Avaliação do Sítio do Senado Federal e Apresentação de Proposta de Modernização.** Relatório Técnico. Senado Federal. 2009.

_____. **Pesquisa sobre a página do Senado na *Internet*.** Secretaria de Transparência do Senado Federal. Coordenação de Pesquisa e Opinião. Relatório Interno. 2014.

_____. **Reavaliação do Portal Corporativo do Senado Federal na *Internet*.** Relatório Técnico do Comitê Gestor do *Site* do Senado Federal. Documento em finalização. 2015.

_____. **Relatório Gerencial de Acessos: *Site* do Senado Federal.** Janeiro de 2015 a dezembro de 2015. Secretaria de Tecnologia da Informação-Prodasen. Senado Federal. 2016.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Democracia e *Internet*:** requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. 2009a. 424 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5211/Sivaldo-Silva.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.

UNESCO. **Um Mundo e Muitas Vozes.** Comunicação e informação na nossa época. Rio: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

 **O DIREITO
ACHADO NA RUA**

LAPCOM
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO



A Mídia
Golpista
mata todo
DIA!

